



A EXPANSÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES VIA EAD

Wanessa Cristiane Gonçalves Fialho* – wanessafialho76@gmail.com, **Marcelito Lopes Fialho**

Universidades Estadual de Goiás/Campus de Quirinópolis.

Resumo: O presente artigo aborda a Educação a Distância (EAD) e suas relações atuais com os cursos de formação de professores. Partindo de uma pesquisa bibliográfica e documental, o artigo analisa esse tema a partir do campo educacional, tendo como referenciais básicos as recentes alterações na LDB e o decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017, publicado pelo Ministério da Educação, ampliando o número de cursos superiores à distância, no País. A partir das análises pode-se constatar um aumento crescente no número de matriculados em cursos de EAD, porém, é preciso cautela com relação à qualidade desses cursos oferecidos, uma vez que em 2016, do total de matrículas no ensino superior, mais de 80% estão nas instituições particulares.

Palavras-chave: Formação Docente. Políticas Públicas. Ensino Superior. EAD. Qualidade dos Cursos.

Introdução

Analisar a criação e importância da Educação a Distância – EAD e suas relações com os cursos de formação de professores é tarefa primordial na atualidade, principalmente em se tratando de ampliação e qualidade dos cursos oferecidos à sociedade. O surgimento da EAD no mundo não é recente. De acordo com Alves (1994), esse tipo de modalidade surgiu a partir de Gutenberg, na Alemanha, no século XV, com a criação da imprensa. Desde então, a EAD vem evoluindo, ao longo dos séculos até chegar às características atuais que ela possui, como, por exemplo, o ensino via internet, com as diversas modalidades: à distância, semipresencial ou presencial.

No Brasil a institucionalização da EAD ocorreu em 1970, com o surgimento dos Centros de Ensino Supletivo – CES. Posteriormente, na década de 80, surgiram os primeiros cursos à distância na Universidade de Brasília – UNB e, na década de 90, ocorreu a criação da Secretaria Nacional de Educação à Distância. Ainda nessa década ocorreu a formulação da Política Nacional de Educação a Distância, expressa, principalmente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96), de acordo com Oliveira, Alves, Fialho e Bortoletto (2009).

O Ministério da Educação – MEC, regulamenta a EAD no seu decreto nº 5622, de 2005, definindo-a como sendo um tipo de:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005).



I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Com essa definição, cursos podem ser ofertados em lugares onde o ensino estritamente presencial seria, muitas vezes, prejudicado ou inviável, por uma série de fatores, como, por exemplo, a falta de instituições de ensino superior ou mesmo de professores em determinadas regiões interioranas do País.

Nesse sentido, pesquisar a ampliação dos cursos de formação de professores, através da EAD, é importante, para a investigação da qualidade do ensino ofertado no país, devido essa ampliação. Assim, o objetivo desse artigo é trazer dados qualitativos dessa expansão de novos cursos que estão surgindo no Brasil, em especial, de cursos oferecidos para a formação de professores.

Os documentos Oficiais e a Formação Docente

O governo federal vem atuando no sentido de criar uma série de ações voltadas para a educação superior, entre elas, temos a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica- PARFOR. Ela foi criada pelo decreto nº 6755 e instituída pela portaria nº 9, de junho de 2009, com a conseqüente criação do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, que tem como objetivo oferecer cursos para a formação inicial e continuada de professores em serviço que não possuem essa qualificação.

Também, como já foi apresentado anteriormente, foi criada a LDB nº. 9.394/96, desde aquela época, a LDB vem passando por diversas alterações em seu texto, como a última mudança, em 2017, que traz profundas alterações para todo o ensino básico. Essas alterações também atingem a formação inicial dos professores, alterando os currículos, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, que está passando por mudanças. Em decorrência de todas essas alterações, o governo federal também editou, no ano passado, o decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017, para suprir essa nova demanda de alterações, com a ampliação dos cursos de formação docente, utilizando a EAD.

Com esse novo decreto, as instituições superiores podem ofertar cursos de graduação e pós-graduação lato sensu, na modalidade à distância, mesmo não possuindo cursos presenciais. O objetivo principal desse decreto, segundo o MEC, é atender a meta número 12, do Plano Nacional de Educação, que objetiva:



I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

[...] elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público (BRASIL, 2014, p. 41).

Essa preocupação com a taxa de matrículas no ensino superior é pertinente, uma vez que, em estudos de Gatti (2010), apontam que apesar de ter aumentado a oferta de cursos de formação de professores, entre 2001 e 2006, o número de matrículas nos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas não apresentou um aumento proporcional, sendo aquém em 37% e 40%, respectivamente. Além dessa baixa procura, chama a atenção, nos estudos dessa autora, o baixo índice de conclusão desses cursos, em torno de 24% apenas (INEP/MEC 2006).

Em outro estudo, apresentado por Freitas (2007), chama a atenção para o tipo de alunos dos cursos de formação docente e a qualidade oferecida por eles. A autora mostra que, aos alunos provenientes de escolas públicas que decidem se tornar professores, restam-lhes os cursos em instituições privadas, de qualidade duvidosa, com bolsas PROUNI. Dessa forma, comenta Freitas (2007, p. 1206): “estas iniciativas ocultam a desigualdade entre instituições de ensino e instituições de pesquisa, estudantes que estudam e pesquisam e estudantes que trabalham, produzindo a desigualdade educacional”.

Ainda, em relação ao Censo da Educação Superior, dados do INEP mostram que entre os anos de 2006 a 2016 o número de matrículas vem aumentando, cerca de 5% por ano, com uma ligeira queda, quando comparamos o ano de 2016 a 2015. Um dado preocupante apresentado é que do total de quase 3 milhões de alunos ingressantes no ano de 2016, 82,3% entraram para as instituições particulares, desse total, nos cursos de licenciatura, 61,9% estão nas instituições particulares. Esses dados estão relacionados ao aumento do número de matrículas, nesses dois anos, de mais de 20% em cursos na modalidade à distância (BRASIL, 2016).

Os cursos que detêm a maior porcentagem de matrículas, no período de 2006-2016 são os de bacharelado, com 69% do total, seguidos dos cursos de licenciaturas, 18,9% e, por último, os tecnológicos, representando 11,8%, do total. É importante destacar que o número de matrículas nos cursos tecnológicos triplicou nesse período, com um aumento de 190,3% (BRASIL, 2016).



I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Por outro lado, o número de alunos concluintes no ensino superior no período de 2006-2016, teve uma elevação, sendo que a maior taxa representada pelos cursos tecnológicos, com 3,5 vezes maior, seguido dos cursos de bacharelado com aumento de 59,8% e, por fim os cursos de licenciatura, com 26,4%, de aumento no número de concluintes (BRASIL, 2016).

Em relação à ampliação dos cursos de formação para professores, na modalidade à distância, está bastante consolidada. O problema que enfrentamos, na atualidade, é devido à qualidade de oferecimento desses cursos. Além do mais, como destaca Gatti (2011, p. 100-101), existem outros problemas a serem resolvidos, “tanto no credenciamento, quanto no acompanhamento e na avaliação desses cursos por parte do poder público”, esses são os próximos desafios do Brasil para o avanço no ensino superior.

Considerações Finais

A EAD representa um marco de inovação para o avanço da sociedade, em termos de educação e progressos para a ciência e tecnologia, porém, quando essa forma de modalidade de ensino não vem acompanhada de controle para a verificação da qualidade oferecida, essa formação fica prejudicada. Assim, avançar na educação do País, em especial, no ensino superior, para suprir as demandas de professores em serviço, do ensino básico é fundamental. Mas esse oferecimento de cursos deve ser acompanhado com o devido rigor para a qualidade prestada nesse serviço, caso contrário, os futuros profissionais serão mal formados, e os alunos do ensino básico, e a própria sociedade, serão prejudicados.

Agradecimentos

À CAPES, pelo apoio financeiro na pesquisa de doutorado em andamento.

Referências

ALVES, J. R. M. **A educação à distância no Brasil: síntese histórica e perspectivas**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas em Educação, 1994.

BRASIL. **Censo da Educação Superior 2016**. Notas Estatísticas. Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Documento eletrônico.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=71221-



I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

notas-sobre-censo-educacao-superior-2016-pdf&category_slug=agosto-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 18/05/2018.

BRASIL. **Decreto n. 5.622 de 19 de dezembro de 2005**. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Ministério da Educação. Brasília/DF: INEP, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf>. Acesso em: 18/05/2018.

FREITAS, H. C. L. de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educação & Sociedade**. Campinas/SP, v. 28, n. 100, Especial, p. 1203-1230, out. 2007.

GATTI, B. A. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-137, out./dez. 2010.

GATTI, B. A., BARRETO, E. S. de S., ANDRÉ M. E. D. DE A. **Políticas Docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

OLIVEIRA, G. S. de; ALVES R. E. R.; FIALHO, W. C. G.; BORTOLETTO, D. Educação à distância e formação de professores. **Ensino em Re-Vista**, v. 16, n. 1, p. 159-180, jan./dez. 2009.